



ESTADO DE ALAGOAS
Secretaria de Estado de Administração,
Recursos Humanos e Patrimônio
DEFENSORIA PÚBLICA

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

Defensor Público de 1.ª Classe

Provas Objetivas
Aplicação: 8/2/2003



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém **duzentos e vinte e cinco** itens corretamente ordenados de 1 a 225.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar as respostas em qualquer item cuja resposta deva ser do gabarito oficial definitivo, acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 004/2002 – SEARHP/DEFENSORIA PÚBLICA.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem saia sem autorização do chefe de sala.
6. A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 11/2/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília — e da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, na Av. Comendador Leão, n.º 595 – Poço — em Maceió – AL.
- II 12 e 13/2/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- III 28/2/2003 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 27 e 28/2/2003 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente no local e no horário a serem informados juntamente com a divulgação desse resultado.
- V 18/3/2003 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova discursiva e da convocação para a entrega de documentação para a avaliação de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 004/2002 – SEARHP/DEFENSORIA PÚBLICA.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone (3333)–81–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Em relação ao direito civil, julgue os itens a seguir.

- 1 A lei concede personalidade ao nascituro, a qual termina no instante em que o indivíduo morre.
- 2 A lei não exclui de sua proteção o menor púbere que, para eximir-se de uma obrigação, minta acerca de sua idade, no ato de contratar, pois a incapacidade é circunstância objetiva e independe da vontade do agente.
- 3 A despersonalização da pessoa jurídica autoriza o juiz a ignorar a autonomia da pessoa jurídica e atingir o patrimônio dos sócios, vinculando as responsabilidades destes frente a atos ilícitos ou abusivos cometidos pelos representantes da pessoa jurídica.
- 4 Define-se o patrimônio como o complexo de relações jurídicas, apreciáveis economicamente, de uma pessoa, nele incluindo-se os créditos e excluindo-se os débitos, que formam o seu passivo.
- 5 O Código de Defesa do Consumidor adotou a inversão do ônus probatório, impondo ao juiz a utilização desse critério em todas as ações cíveis que envolvam relação de consumo.
- 6 As pessoas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados por seus funcionários a direitos particulares.
- 7 No caso do comodato, a norma de interpretação sofre uma restrição não-admitida para os demais atos jurídicos em geral, devendo tais contratos ser interpretados em obediência ao que estiver escrito.
- 8 O direito de preferência à compra de um imóvel não pode ser cedido a qualquer título.
- 9 Em todo contrato bilateral, está implícita a cláusula resolutiva tácita, pela qual cada um dos contratantes ficará livre da obrigação assumida, desde que tenha havido descumprimento pela outra parte, operando-se a rescisão de pleno direito, independentemente de qualquer intervenção judicial.
- 10 Em tema de responsabilidade civil, o Código Civil vigente prevê a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para o direito de outrem.

Quanto aos alimentos, julgue os itens seguintes.

- 11 A decisão que decreta a prisão do devedor pelo descumprimento de encargo alimentar é atacável via *habeas corpus*.
- 12 A exclusão dos mais remotos pelos mais próximos, entre os ascendentes, não impede que possam aqueles ser chamados para suplementar a pensão alimentícia devida. Assim, pode o avô ser chamado para complementar o necessário à educação do neto, em face da pobreza do pai.
- 13 Nas ações de alimentos, a sentença que condenar o réu a quantia superior àquela pleiteada pelo autor não constitui julgamento *ultra petita*.
- 14 Prolatada a sentença, o valor dos alimentos nela fixado pelo juiz substitui o valor anteriormente fixado a título de provisórios, passando aquele a vigorar até o trânsito em julgado da sentença.
- 15 O juiz pode decretar a prisão do devedor de alimentos, ainda que se trate de execução provisória.
- 16 Caso uma ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de alimentos seja julgada procedente, estes são devidos a partir da publicação da sentença.

Quanto ao direito sucessório, julgue os itens abaixo.

- 17 Com a morte, os bens do falecido transmitem-se imediatamente aos seus herdeiros, extinguindo-se os direitos personalíssimos e transmitindo-se os demais aos herdeiros e legatários.
- 18 Na hipótese de comoriência dos cônjuges, sem descendentes, o patrimônio de cada um dos comorientes deverá ser recebido pelos seus respectivos herdeiros.
- 19 Na hipótese de morrer o avô e renunciando à sua sucessão um dos seus três filhos, os netos do *de cujus* e filhos do renunciante receberão a herança que a este caberia, invocando o direito de representação.
- 20 A partilha decorrente de inventário por morte não pode ser amigável se algum dos herdeiros for incapaz.

Julgue os itens que se seguem, relativos à competência.

- 21 O juiz competente para julgar a ação de investigação de paternidade é o do foro do domicílio do réu.
- 22 O réu que, após contestar o feito, muda seu domicílio, pode exigir que a demanda seja deslocada para o foro de seu novo domicílio, pois a competência territorial é relativa, podendo ser modificada.
- 23 Nas causas que tenham por objeto direito indisponível das partes, é lícito ao juiz declarar, de ofício, sua incompetência relativa, porque, em tal hipótese, há prevalência do interesse público.
- 24 A competência da justiça estadual é definida na Lei de Organização Judiciária, e a da justiça federal é definida em lei complementar.
- 25 O juízo deprecado é competente para processar e julgar exceção de incompetência do juízo oposta por réu citado por precatória.
- 26 Se juiz federal, a quem for distribuída determinada ação, entender-se incompetente para julgá-la e remeter os autos ao juiz estadual, este, entendendo que a competência é do juiz federal, deverá suscitar conflito negativo de competência perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- 27 Contra a decisão do juiz que acolha ou desacolha exceção de incompetência relativa deve ser suscitado conflito de competência pela parte prejudicada pela decisão.
- 28 É competente o juiz da vara de família, ou cível, e não o da vara da infância e da juventude, para processar e julgar ação de busca e apreensão proposta pela mãe contra terceiro que irregularmente detenha a guarda de seu filho.
- 29 É competente o juiz que julgou os alimentos para processar e julgar a ação pela qual se busca a revisão dos mesmos.

Em relação às normas procedimentais adotadas pelo direito processual civil, julgue os itens abaixo.

- 30 Se o réu, na contestação, não esgotar sua defesa, alegando tão-somente questões atinentes à falta de qualquer das condições da ação, deverá o juiz, rejeitadas tais alegações, abrir ao réu novo prazo para aditar sua defesa.
- 31 Os pedidos de antecipação de tutela, a exemplo das medidas cautelares, são processados em autos apartados e apensados aos autos principais.
- 32 Não se admite a tutela antecipada em causas que versem sobre direitos indisponíveis, tendo em vista o perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório.
- 33 Não se admite a concessão de tutela antecipada após o encerramento da fase instrutória do processo.

- 34 A parte somente pode desistir da testemunha que arrolar se a parte contrária consentir, pois esta pode ter interesse na oitiva da testemunha para o esclarecimento da verdade dos fatos.
- 35 A parte a quem não cabe o ônus da prova não pode requerer a sua produção, por falta de interesse processual.
- 36 Não é vedado o julgamento antecipado da lide se em um dos pólos da ação figurar um incapaz.
- 37 O juiz pode julgar antecipadamente a lide ainda que as partes insistam na produção das provas requeridas.
- 38 Extingue-se o processo por perda de objeto se uma das partes vem a falecer.
- 39 Em face do princípio da preclusão, se a hipótese admitir a reconvenção, não poderá o réu, em vez de reconvir, propor ação autônoma contra o autor.
- 40 Na contestação, o réu poderá opor-se à opção do autor quanto ao ajuizamento da ação no juizado especial, se demonstrar que sua defesa restará prejudicada pela abreviação do rito.

Quanto aos prazos e à comunicação dos atos processuais, julgue os itens subsequentes.

- 41 A intimação à fazenda pública tem de ser feita na pessoa de seu procurador jurídico, não se admitindo a mera publicação no Diário Oficial.
- 42 A superveniência de férias interrompe o curso do prazo, que recomeçará a ser contado integralmente no primeiro dia útil seguinte ao término das férias.
- 43 A exceção de incompetência suspende o prazo para o oferecimento de contestação.
- 44 Se, no curso do prazo, sobrevier a semana santa, o prazo será suspenso, recomeçando a fluir no primeiro dia útil seguinte ao término do feriado.
- 45 O prazo para contestação da parte assistida pela defensoria pública é contado em quádruplo.
- 46 O prazo para apelação contra sentença proferida na vara da infância e juventude é de vinte dias, se o recorrente estiver assistido pela defensoria pública.
- 47 Conta-se em quádruplo o prazo para a fazenda pública interpor embargos à execução contra ela proposta.

Em relação às partes e à intervenção de terceiros, julgue os seguintes itens.

- 48 Investigatória de paternidade proposta por dois irmãos, filhos da mesma mãe, contra o mesmo suposto pai, é hipótese de litisconsórcio ativo facultativo unitário, pois a decisão deverá ser a mesma para ambos os autores.
- 49 O Ministério Público deverá atuar obrigatoriamente como *custos legis* em todas as causas que versem sobre direito do consumidor, sejam elas de direito coletivo ou individual.
- 50 O Ministério Público deverá funcionar em todas as causas de estado que tramitem nos juizados especiais cíveis.
- 51 A vigente Constituição da República atribuiu legitimidade às associações de classe e aos partidos políticos para propor ação popular em defesa do patrimônio público.
- 52 Em ação de indenização por acidente de trânsito, pelo rito sumário, é lícito à parte denunciar à lide a sua seguradora.

Quanto às decisões judiciais, julgue os itens a seguir.

- 53 Constitui julgamento *extra petita* e, portanto, é nula a sentença que julga procedente o pedido do autor, com base em dispositivo legal diverso daquele invocado na inicial.
- 54 Em processos que versem sobre direito do consumidor, e presentes as hipóteses para a inversão do ônus da prova, se o juiz, no saneador, não determinar a inversão, ficará impedido de fazê-lo posteriormente, em face da preclusão *pro iudicato*.
- 55 O relator poderá, de imediato, negar seguimento ao recurso, se o considerar intempestivo, ainda que o juiz de primeiro grau tenha emitido, em relação ao recurso, juízo positivo de admissibilidade.
- 56 Será nula a sentença, por incompetência superveniente do juízo, se, antes do seu trânsito em julgado, for editada lei que altere a competência *ratione materiae*, tornando incompetente o juízo prolator da sentença.
- 57 A sentença que indefere a petição inicial, pela ocorrência de prescrição, é definitiva, ainda que sobre ela penda recurso.
- 58 Não é nula a sentença na parte em que impõe ao vencido, assistido pela defensoria pública, condenação em honorários advocatícios.
- 59 Quando o autor fundamentar o seu pedido em duas causas distintas, se o juiz acolher a primeira delas, deverá ainda assim prosseguir no exame da outra causa, sob pena de nulidade da sentença por julgamento *citra petita*.
- 60 É cabível ação declaratória para obter do juiz decisão acerca da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo da administração pública, desde que haja lesão ou grave ameaça de violação ao direito do autor.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao processo de execução.

- 61 É impenhorável o imóvel objeto de contrato de financiamento habitacional, tendo em vista o caráter preponderantemente social de tal tipo de financiamento.
- 62 O Código de Processo Civil considera impenhoráveis os bens hipotecados, dados em anticrese ou em penhor, exceto quando se tratar de execução movida pelo credor privilegiado.
- 63 Para receber seu crédito, o credor, munido de título executivo líquido, certo e exigível, não tem interesse em propor ação monitória, devendo fazer uso do processo de execução para receber seu crédito.
- 64 São cabíveis embargos do devedor para desconstituir título judicial formado com base em lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em controle direto.
- 65 Não são cabíveis embargos do devedor para alegar a incompetência do juízo que prolatou a sentença objeto da execução.
- 66 O STJ entende que somente a cobrança de prestações recentes em atraso admite o decreto de prisão do devedor de alimentos.

Quanto aos recursos, julgue os itens seguintes.

- 67 Provido o recurso do réu que tiver apelado da sentença, alegando nulidade da citação, os autos retornarão à primeira instância para que lá se repita o ato citatório.
- 68 O agravo de instrumento é o recurso cabível contra a decisão judicial que excluir um dos litisconsortes do feito.
- 69 Em casos excepcionais, o relator pode julgar o mérito do recurso monocraticamente, sem submetê-lo ao órgão colegiado.
- 70 Não são cabíveis embargos infringentes da decisão que, por maioria, mantiver a sentença de primeiro grau que julgar o autor carecedor da ação.
- 71 O novo sistema processual civil não mais estabelece a simultaneidade da interposição dos recursos extraordinário e(ou) especial e dos embargos infringentes quando a decisão colegiada contiver parte unânime e parte não-unânime.
- 72 Em casos excepcionais, pode o juiz, ao julgar os embargos declaratórios, modificar o teor da decisão embargada, em vez de tão-somente integrá-la ou esclarecê-la.
- 73 É cabível agravo da decisão que admite a apelação intempestiva.
- 74 O juiz que houver admitido o recurso pode modificar sua decisão, negando seguimento ao mesmo, após o oferecimento das contra-razões do apelado, não se verificando, na espécie, a preclusão *pro iudicato*.
- 75 O reexame obrigatório é aplicável às sentenças proferidas contra a fazenda pública, as autarquias e as fundações públicas, mas não se estende às entidades da administração indireta, tais como as sociedades de economia mista e empresas públicas.

76 Se a decisão judicial indeferir a produção de prova e extinguir o feito por ilegitimidade passiva, serão cabíveis recurso de agravo de instrumento quanto à questão relativa à prova (de natureza interlocutória) e apelação quanto à ilegitimidade passiva, pois somente esta é causa de extinção do processo sem julgamento do mérito.

77 O prequestionamento das questões constitucionais ou legais, requisito indispensável para a admissibilidade dos recursos extraordinário e especial, deve ser feito pelo autor e pelo réu na inicial e na contestação, respectivamente, sob pena de preclusão.

78 Se o juiz, exercendo juízo de retratação, vier a modificar a decisão agravada, acolhendo preliminar de carência de ação, extinguindo o feito, deverá o agravado interpor apelação contra tal decisão.

Julgue os itens abaixo, relativos ao mandado de segurança.

79 Tanto o impetrante, pessoa física, como a pessoa jurídica de direito público responsável pela autoridade que praticou o ato impugnado em mandado de segurança, podem requerer a suspensão de liminar concedida no *writ*.

80 Para a fixação da competência em mandado de segurança, não se considera a matéria versada no processo e sim a qualificação da autoridade coatora.

81 A liminar concedida no mandado de segurança continua a vigorar até o trânsito em julgado da decisão, ainda que esta seja denegatória do *writ*.

82 Cabe mandado de segurança contra ato judicial que determina penhora em execução de sentença transitada em julgado, se esta houver sido proferida por juiz absolutamente incompetente.

83 A parte que tiver seu pedido de segurança denegado por falta de direito líquido e certo poderá renovar o mesmo pedido pelas vias ordinárias, porque a sentença proferida em mandado de segurança jamais faz coisa julgada material.

Acerca da proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais dos consumidores, julgue os itens a seguir.

84 O Ministério Público somente tem legitimidade para propor ação coletiva em defesa do consumidor se comprovar, na hipótese, a existência de interesse público ou de relevância social.

85 A nulidade das cláusulas abusivas, estabelecida no Código de Defesa do Consumidor, somente abrange aquelas oriundas de contratos de adesão, pois somente nestes evidencia-se o desequilíbrio contratual, com a supremacia do fornecedor sobre o consumidor.

86 Em relação à responsabilidade pelo fato do produto, este não é considerado defeituoso em razão de outro de melhor qualidade haver sido colocado no mercado.

87 O Código de Defesa do Consumidor não proíbe ao credor a remessa de cartas para a residência ou local de trabalho do consumidor, para a cobrança de dívidas.

88 Ainda que esteja em trâmite ação civil pública em defesa dos consumidores proposta pelo Ministério Público, eventuais consumidores prejudicados não estão impedidos de exigir individualmente a reparação do dano sofrido, pois não há litispendência entre a ação civil pública e as ações individuais.

Quanto às ações possessórias, julgue os itens subsequentes.

89 O réu pode alegar usucapião em matéria de defesa, na contestação, ainda que inexistia qualquer sentença reconhecendo o seu direito.

90 É possível a utilização de ação possessória entre dois possuidores do mesmo imóvel, ainda que nenhum deles alegue ser proprietário.

91 O possuidor que for injustamente destituído de sua posse pode propor ação reintegratória contra aquele que praticou o esbulho, ainda que este seja o proprietário do imóvel.

92 O possuidor é parte ilegítima para propor ação reivindicatória com base em alegação de direito de posse, pois só pode reivindicar o bem aquele que é seu proprietário.

Em relação ao direito de família, julgue os itens a seguir.

93 O processo de adoção caracteriza-se como de jurisdição voluntária.

94 A guarda confere ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais da criança ou do adolescente.

95 Proposta em 2000 ação de dissolução de sociedade de fato existente entre as partes de 1987 a 1994, extinta, portanto, antes da edição da Lei n.º 9.278/1996, a ela não se aplica o dispositivo instituído por esse diploma legal que determina ser da competência das varas de família o processo e o julgamento das causas que versem sobre a união estável.

96 É competente a justiça federal para julgar ação de dissolução de sociedade de fato proposta contra o falecido companheiro da autora, se este era funcionário público federal, em virtude do interesse da fazenda pública federal, já que, na eventualidade de ser reconhecida a união estável, a autora poderá vir a ser beneficiária de pensão por morte de seu ex-companheiro.

97 O pacto antenupcial será nulo, se não for realizado por escritura pública, e ineficaz, se não lhe seguir o casamento.

98 O STJ entende que, para a formação da sociedade de fato, não se exige que a concubina contribua com rendimentos decorrentes do exercício de atividade economicamente rentável, admitindo-se para tanto que a sua colaboração possa decorrer das próprias atividades exercidas nos labores domésticos.

Em relação à ação rescisória, julgue os seguintes itens.

99 É vedado à parte que não recorreu da sentença, conformando-se com ela, propor ação rescisória, por falta de interesse de agir.

100 A rescisória deve ser necessariamente proposta perante o juízo que prolatou a sentença rescindenda, tendo em vista a conexão entre ambas as ações.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Julgue os itens a seguir, relativos aos crimes contra o patrimônio.

- 101** Denomina-se roubo impróprio a hipótese em que a violência ou grave ameaça é exercida após a consumação da subtração.
- 102** Sujeito passivo de crime de estelionato é a pessoa que sofre a lesão patrimonial, a qual não será, necessariamente, a mesma que foi enganada.
- 103** O crime de extorsão assemelha-se ao crime de roubo e ao crime de constrangimento ilegal, pois, em ambos, o sujeito ativo deverá cometer violência ou grave ameaça contra a vítima.
- 104** Aumenta-se a pena de um terço até a metade, se o crime de extorsão é cometido por duas ou mais pessoas e com abuso de confiança ou mediante fraude.
- 105** O crime de dano simples é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, em razão de a pena máxima cominada nesse caso não ser superior a dois anos.
- 106** A venda posterior de coisa apropriada configura o delito de disposição de coisa alheia como própria.

Julgue os itens seguintes, relativos aos crimes contra a vida.

- 107** Caracteriza homicídio privilegiado o fato de o agente cometer o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.
- 108** Os delitos de infanticídio, de aborto e de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio são denominados crimes contra a vida.
- 109** Considere a seguinte situação hipotética.
Aldo pretendia atirar em Bruno, que se encontrava conversando com Carlos. Aldo percebeu que, atirando em Bruno, poderia atingir Carlos. Não obstante essa possibilidade, embora não tivesse tal intento, lhe era indiferente que o resultado — morte de Carlos — se produzisse. Assim, disparou a arma e feriu, mortalmente, Bruno e Carlos.
Nessa situação, Aldo responderá por dois crimes de homicídio, o primeiro a título de dolo direto e o segundo a título de dolo eventual.
- 110** Considere a seguinte situação hipotética.
Lúcio e Mário, mediante violência e grave ameaça, subtraíram de uma residência objetos de arte valiosos. Após o roubo, Lúcio matou Mário, no intuito de apossar-se dos objetos subtraídos que estavam em poder de seu comparsa.
Nessa situação, ao causar a morte de Mário, Lúcio praticou o crime de homicídio, na forma qualificada, para assegurar a ocultação da prática de outro delito, no caso o crime de roubo.
- 111** Considera-se homicídio qualificado por motivo torpe aquele praticado para receber herança.

Acerca dos dispositivos legais pertinentes à Lei dos Crimes Hediondos, julgue os itens abaixo.

- 112** São considerados hediondos os delitos de extorsão mediante seqüestro, roubo, atentado violento ao pudor e estupro, entre outros.
- 113** O homicídio simples, na forma tentada, inclui-se entre os crimes hediondos, se praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- 114** A delação premiada não constitui causa especial de redução de pena.
- 115** Em face da prática de crime hediondo, a lei pertinente veda a liberdade provisória com ou sem fiança e a apelação em liberdade.
- 116** O homicídio qualificado-privilegiado não é delito hediondo.
- 117** Permitida nos casos de prática do crime de tortura, a progressão de regime não alcança os crimes hediondos, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo, segundo orientação do STF.

O erro de tipo distingue-se do erro de proibição. Enquanto o primeiro exclui o dolo, o segundo afasta a compreensão da antijuridicidade. O erro de tipo dá-se quando o agente não sabe o que faz; o erro de proibição, quando ele sabe o que faz, mas acredita que não é contrário à ordem jurídica: o erro de tipo elimina a tipicidade dolosa; o erro de proibição pode eliminar a culpabilidade.

Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**.
17.ª ed. Atlas, 2001, p. 171 (com adaptações).

Considerando o texto acima e as disposições legais acerca dos erros de tipo e de proibição, julgue os itens que se seguem.

- 118** Considere a seguinte situação hipotética.
Um médico, desejando matar um paciente, determinou que uma enfermeira aplicasse no paciente uma injeção letal, afirmando tratar-se de analgésico, ordem que foi prontamente cumprida.
Nessa situação, a enfermeira agiu por erro de tipo determinado por terceiro.
- 119** Se o agente pretende subtrair algumas sacas de farinha de um armazém e, por engano, acaba levando sacos de farelo, nessa hipótese, há erro de tipo excludente do dolo.
- 120** Configura-se erro de proibição o erro verificado na legítima defesa putativa, quando relativo à injustiça da agressão.

Julgue os itens que se seguem, relacionados às causas excludentes de ilicitude.

121 Constitui requisito subjetivo do estado de necessidade a consciência do agente da situação de perigo e de agir para evitar a lesão.

122 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio e José escalavam uma montanha quando perceberam que a corda que os sustentava estava prestes a romper-se. Ante o perigo iminente, José, para salvar-se, empurrou Antônio no precipício, lesionando-o mortalmente.

Nessa situação, José agiu amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa.

123 A obediência hierárquica é causa de exclusão da culpabilidade e a renúncia ao direito de queixa é causa de exclusão da ilicitude.

124 Considere a seguinte situação hipotética.

Jonas, visando defender-se de agressão a faca proveniente de Júlio, sacou seu revólver e efetuou um disparo contra o agressor. No entanto, o tiro atingiu apenas Joaquim, transeunte que, em decorrência do tiro, faleceu.

Nessa situação, acusado de homicídio, Jonas, para defender-se, poderá argüir legítima defesa real, pois encontram-se presentes todos os elementos de sua definição legal.

125 Inadmite-se a legítima defesa contra aquele que, sob coação moral irresistível, esteja prestes a agredir a vítima.

126 Configura-se causa de exclusão de ilicitude denominada estado de necessidade recíproco a situação em que, após um navio naufragar, seus tripulantes se agridam mutuamente, no intuito de se apoderarem de uma bóia que flutue no oceano.

Com referência à aplicação da lei penal, julgue os itens abaixo.

127 A lei penal mais benéfica é retroativa e ultrativa, enquanto a mais severa não tem extraterritorialidade.

128 A lei posterior, que de qualquer modo favoreça o agente, aplicar-se-á aos fatos anteriores, decididos por sentença condenatória, desde que em trâmite recurso interposto pela defesa.

129 A lei penal excepcional ou temporária aplicar-se-á aos fatos ocorridos durante o período de sua vigência, desde que não tenha sido revogada.

130 Pertinentes à eficácia da lei penal no espaço, destacam-se os princípios da territorialidade, personalidade, competência real, justiça universal e representação.

A honra pode ser conceituada como o conjunto de atributos morais, intelectuais e físicos referentes a uma pessoa ou, no dizer de Noronha, como o “complexo ou conjunto de predicados ou condições da pessoa que lhe conferem consideração social e estima própria”.

Idem, ibidem, p. 153.

Considerando as idéias do texto acima e os dispositivos penais acerca da honra, julgue os itens subsequentes.

131 A honra é bem disponível. Logo, havendo consentimento prévio ou contemporâneo da vítima, não ocorre o delito.

132 Considere, por hipótese, que um indivíduo profira palavras injuriosas contra funcionário público no exercício da função, porém, desconhecendo a qualidade pessoal da vítima, ou seja, que se trata de funcionário público. Nessa hipótese, é correto afirmar que o autor não responderá pelo delito de desacato, subsistindo a punição por injúria.

133 A calúnia é a imputação de fato definido como crime, e a injúria é a imputação de fato meramente ofensivo à reputação do ofendido.

134 Nos crimes de difamação e calúnia, há ofensa à honra subjetiva e, no crime de injúria, à honra objetiva.

135 No crime de injúria, não se admite a arguição de exceção da verdade.

136 É punível a calúnia contra os mortos. Nesse caso, os sujeitos passivos são os parentes interessados na preservação da memória do falecido.

137 A retratação pelo querelado, antes da sentença, é causa de isenção de pena, no crime de calúnia, inadmissível nos crimes de injúria e difamação.

Considerando os dispositivos legais acerca da prisão e da liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

138 A prisão preventiva poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, desde que requerida pelo Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

139 A prisão preventiva não poderá ser decretada, caso a prisão em flagrante venha a ser anulada por vício de forma.

140 Para a decretação da prisão preventiva bastam a prova da materialidade do crime e indícios suficientes da autoria.

141 A liberdade provisória, nos termos da lei pátria, é conhecida nas espécies: obrigatória, permitida ou vedada.

142 A prisão temporária será decretada na fase do inquérito policial e durante o curso do processo penal.

- 143** Denomina-se flagrante presumido à prisão daquele que é perseguido em situação que faça presumir ser o mesmo o autor da infração.
- 144** Revogada a prisão preventiva, pode o juiz novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- 145** O flagrante retardado tem previsão na Lei do Crime Organizado, devendo ser concretizado no momento mais eficaz para a formação de provas e o fornecimento de informações.
- 146** Segundo a doutrina, em processo penal, intitula-se flagrante forjado a hipótese em que é colocada, no bolso de quem se submete a revista pessoal, quantidade de substância entorpecente, no intuito de criar falsa prova de crime inexistente.

Considerada a competência como a medida e o limite da jurisdição, vale dizer, a delimitação do poder jurisdicional, julgue os itens a seguir.

- 147** Em face do efeito da extraterritorialidade, nos crimes plurilocais a competência é determinada pelo lugar onde o agente praticou os últimos atos de preparação do crime.
- 148** Na hipótese de conexão material, uma infração é cometida para facilitar a execução de outra; na conexão processual, a prova de uma infração ou qualquer circunstância elementar influi na prova de outra.
- 149** A conexão e a continência importarão sempre a unidade de processo e julgamento perante o juízo prevalente.

Julgue os itens que se seguem, relacionados a citação, notificação e intimação no processo criminal.

- 150** O não-comparecimento do acusado citado por edital ao interrogatório, tenha ou não defensor constituído nos autos, acarreta a suspensão do processo.
- 151** Segundo a doutrina, no processo penal, a intimação é a ciência dada à parte de ato já praticado, e notificação é a comunicação sobre ato processual a ser realizado, a que a parte deva comparecer.
- 152** A intimação do Ministério Público será pessoal, em qualquer grau de jurisdição, e a do defensor nomeado será realizada por correspondência.
- 153** Encontrando-se o réu em território sujeito à jurisdição do juiz que ordenou a citação, porém, certificado que o mesmo se oculta para não ser citado, proceder-se-á a citação por hora certa.
- 154** Quando o lugar em que estiver o réu for inacessível, em virtude de epidemia, guerra ou por outro motivo de força maior, a citação será feita por edital, em prazo a ser fixado pelo juiz e que não excederá trinta dias.
- 155** A intimação do advogado do querelante é feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

Acerca da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e dá outras providências, julgue os itens seguintes.

- 156** Havendo obscuridade na sentença, no prazo de cinco dias poderão ser opostos os embargos declaratórios, desde que mediante petição contendo as razões.
- 157** A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e por seu defensor.
- 158** O acordo firmado entre o autor do fato e a vítima, quanto à composição dos danos civis, desde que homologado, extingue a punibilidade dos crimes de ação privada ou pública condicionada.
- 159** A aplicação de pena restritiva de direito ou multa, proposta pelo Ministério Público e aceita pelo autor da infração, não importará em reincidência.
- 160** Segundo o princípio da obrigatoriedade, o órgão do Ministério Público não pode recusar-se a promover a competente ação penal, quando identificar hipótese na qual a lei exija sua atuação. Entretanto, tal princípio encontra-se atenuado mediante a previsão de conciliação e transação nas infrações penais de menor potencial ofensivo.

Em princípio, toda ação penal é pública, pois é um direito subjetivo do titular perante o Estado-juiz. A distinção que se faz entre ação pública e ação privada se estabelece apenas em razão da legitimidade para agir; se é promovida pelo Estado, por intermédio do Ministério Público, é ela ação penal pública; se a lei defere o direito de agir à vítima, é ação penal privada.

Julio Fabbrini Mirabete. **Código de processo penal interpretado**. 5.ª Ed. Atlas, 1997, p. 65 (com adaptações).

Considerando as idéias do texto acima e os dispositivos legais acerca da ação penal, julgue os itens seguintes.

- 161** Admite-se, nos crimes de ação privada, o perdão, que atua como causa de extinção da punibilidade. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que se produza, todavia, efeito em relação ao que recusar.
- 162** Por se tratar de ação penal privada subsidiária da pública, admite-se o perdão se o querelante quiser desistir da ação penal.
- 163** Da decisão que rejeita a denúncia ou queixa cabe interpor o recurso de apelação.
- 164** Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, caberá ao querelante intentar ação penal privada subsidiária da pública. Nesse caso, o *parquet* poderá repudiá-la, oferecendo denúncia substitutiva.
- 165** A ação penal privada personalíssima somente pode ser intentada pelo ofendido, não havendo sucessão por morte ou ausência.
- 166** Ao receber os autos do inquérito policial, o Ministério Público deverá oferecer denúncia no prazo de cinco dias, se o réu estiver preso, ou quinze dias, se ele estiver solto. Porém, tratando-se de crime de imprensa, o prazo será de dez dias para oferecimento.

Julgue os itens abaixo, relacionados aos dispositivos legais sobre a interceptação de comunicação telefônica.

- 167** A interceptação de comunicação telefônica será admitida somente na hipótese em que a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.
- 168** O pedido de interceptação de comunicação telefônica indicará os meios a serem utilizados e, excepcionalmente, poderá ser formulado verbalmente ao juiz, desde que presentes os pressupostos autorizadores de sua concessão.
- 169** Uma vez deferido o pedido de interceptação de comunicação telefônica, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, cuja realização será, obrigatoriamente, acompanhada pelo Ministério Público.

A fim de propor a ação penal é necessário que o Estado disponha de um mínimo de elementos probatórios que indiquem a ocorrência de uma infração penal e sua autoria, sendo o mais comum que isso seja obtido com o inquérito policial. Cabe à polícia judiciária, exercida pelas autoridades policiais, a atividade destinada à apuração das infrações penais e da autoria por meio do inquérito policial.

Idem, ibidem, p. 36 (com adaptações).

Considerando as idéias do texto acima e os dispositivos legais acerca do inquérito policial, julgue os itens subseqüentes.

- 170** Caso o juiz discorde da conduta profissional de promotor de justiça, que se manifeste pelo arquivamento dos autos de inquérito policial em que seja apurado delito de ameaça, cuja ação penal seja de iniciativa privada, pode o juiz intervir e determinar a remessa do inquérito policial a outro promotor de justiça para providências.
- 171** Determinado o arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia, poderá ele voltar a ser objeto de investigações pela autoridade policial, diante da informação de novas provas.
- 172** É nulo o inquérito policial, se não houver nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de 21 anos de idade.
- 173** O inquérito policial é imprescindível ao oferecimento da denúncia; portanto, é peça que não poderá ser suprimida, sob pena de ensejar a nulidade da ação penal.
- 174** O inquérito policial é regido pelo princípio do contraditório, que assegura ao indiciado o exercício do direito amplo de defesa e o devido processo legal.
- 175** Incumbe à autoridade policial que presidir os autos de inquérito policial fazer relatório minucioso ao término das investigações, vinculando a autoridade judiciária no que diz respeito à tipificação do fato praticado pelo indiciado.

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E MEDICINA LEGAL

Os direitos fundamentais possuem quatro dimensões básicas, que a doutrina de Bobbio consagrou como gerações de direito. Menciona-se o termo dimensão, pois se considera o alerta de Antonio Cançado Trindade para o reducionismo do termo geração, no sentido de que este fornece uma idéia de que os direitos nascem e morrem quando em verdade são indivisíveis e interdependentes, sobrevivendo com o passar do tempo. Impossível ter direito à liberdade sem direitos econômicos e sociais. Além disso, sempre se concebe o direito fundamental como detentor de uma garantia, embora alguns direitos já se revelem em si mesmos como tal.

Acerca desse tema e considerando o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 176** São considerados direitos fundamentais de primeira geração os direitos civis e políticos, que correspondem, em um quadro histórico, à fase inicial do constitucionalismo no ocidente.
- 177** Os direitos de primeira geração consagram a titularidade no indivíduo, porém não podem ser traduzidos em forma de oposição ao Estado, uma vez que são atributos da pessoa humana e não se enquadram na categoria de *status negativus*.
- 178** De acordo com a boa doutrina, a concepção de direitos fundamentais que contêm garantias institucionais de liberdade deve ser recebida com certa cautela, pois o direito de liberdade, ao contrário do que acontece com a propriedade, não está suscetível de institucionalização em termos de garantia.
- 179** O direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente e o direito de propriedade ao patrimônio comum da humanidade podem ser considerados como direitos de segunda geração ou dimensão.
- 180** O direito de comunicação pode ser enquadrado no rol dos direitos de terceira dimensão ou geração.

O surgimento do Estado de Bem-Estar Social, no século passado, provocou uma forte discussão em torno da aplicabilidade das normas fundamentais. Isso produziu diversas teorias e interpretações, com forte amparo na doutrina italiana. Tal discussão alcançou o Brasil. Considerando as diversas classificações das normas quanto à sua aplicabilidade, bem como o contexto dos direitos fundamentais e sua interpretação, julgue os itens seguintes.

- 181** Assim como as normas programáticas, os direitos fundamentais podem não ter sua eficácia imediata, sendo passíveis de restrição em qualquer hipótese.
- 182** A medida provisória é instrumento jurídico de eficácia mais ampla que o extinto decreto-lei, pois este estava circunscrito a matérias específicas, como segurança nacional e finanças públicas, assim como deveria ser interpretado restritivamente.

183 Quanto a sua eficácia, é correto classificar as normas constitucionais em normas constitucionais de organização, também denominadas normas de estrutura ou competência; normas constitucionais definidoras de direitos, fixadoras de direitos fundamentais e normas constitucionais programáticas, que buscam traçar fins públicos a serem alcançados.

Considerando a hermenêutica dos princípios fundamentais e a ordem pública, julgue os itens abaixo.

184 O conceito de ordem pública alcança tanto o de soberania nacional quanto o de bons costumes, sendo que estes estariam situados em um plano mais próximo da moralidade, enquanto aqueles estariam mais próximos da política.

185 Considere a seguinte situação hipotética.

Valendo-se do regulamento da sua empresa, o diretor-presidente de uma fábrica de roupas íntimas femininas sujeitava suas empregadas a revista pessoal, com despimento de roupas íntimas (sutiãs e calcinhas), sob ameaça de despedimento por justa causa. Denunciado pelo Ministério Público, na forma do art. 146 do Código Penal, por constrangimento ilegal, foi o diretor-presidente condenado a pena de multa, entendendo-se, entre outros argumentos, que a revista violava a dignidade humana.

Nessa situação, houve fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, mas não significou que a decisão condenatória, implicitamente, considerou o fato como violador da ordem pública.

186 É correto afirmar que o princípio da ordem pública tem a sua relatividade e instabilidade que evolui no tempo e no espaço de acordo com as mudanças sociais e somente se negará aplicação de uma lei nacional ou estrangeira que seja ofensiva à ordem pública à época em que se vai decidir o caso concreto.

Considerando a declaração e o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, julgue os itens que se seguem.

187 A declaração de nulidade das leis, no controle abstrato de normas, pode incidir apenas em parte da norma ou sobre determinado âmbito de aplicação.

188 Segundo a melhor doutrina, a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade tem por objetivo evitar o caos jurídico, uma vez que uma simples declaração de nulidade minimizaria a concreção da vontade constitucional, em vez de otimizá-la.

189 A interpretação conforme a Constituição tem relação com o controle de constitucionalidade e caracteriza-se por um elevado grau de flexibilidade.

190 O chamado “apelo ao legislador” ocorre quando a Corte Constitucional reconhece que a lei ou a situação jurídica não se tornou “ainda” inconstitucional e apela ao legislador para que corrija a situação “ainda constitucional”.

Considerando as atribuições do Ministério Público e as funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

191 Considere a seguinte situação hipotética.

O Ministério Público de uma cidade do interior passou a exercer a fiscalização de um abrigo que comportava idosos e de outro que abrigava deficientes físicos. Constatou irregularidade em ambos. A direção do abrigo de idosos apresentou representação contra o promotor de justiça no próprio Ministério Público, usando, entre outros fundamentos, o de que isso não estava na esfera de atribuição e funções institucionais do órgão.

Nessa situação, havia razão e fundamento jurídico para a representação.

192 Considere a seguinte situação hipotética.

O advogado de um empresário que cometera homicídio deu uma entrevista na rádio da cidade, usando, como fundamentos de defesa de seu cliente, acusações outras contra o vereador que apresentou a representação no Ministério Público. Não havia provas das acusações do advogado. Na saída da rádio, foi-lhe perguntado se ele não temia alguma consequência jurídica para o seu ato, já que poderia ter praticado um ilícito penal. Ele respondeu que não, sob o argumento de que teria imunidade, pois estava no exercício da profissão.

Nessa situação, houve fundamento jurídico na afirmativa do advogado.

O direito francês do século XIX, bem como o espanhol, emprestaram à doutrina do direito de diversos países ocidentais a teoria dos atos administrativos. Partindo da teoria dos fatos e atos jurídicos oriunda do direito civil, a elaboração em torno do ato administrativo ganhou luz própria, gozando de conceito, classificação e categorias bem peculiares ao direito público. No que concerne às espécies de atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 193** Os regulamentos são atos administrativos normativos que podem ser diferenciados dos regimentos, entre outros fatores, pelo fato de aqueles especificarem mandamentos de leis e estes visarem à normatização do funcionamento de órgãos colegiados e corporações legislativas.
- 194** As deliberações podem ser normativas ou decisórias quando emanadas de órgãos colegiados, enquanto as instruções são atos normativos, específicos e concernentes à execução de um serviço público.
- 195** Enquanto as certidões são atos pelos quais a administração pública comprova um fato ou uma situação de que tenha conhecimento, os atestados são cópias ou fotocópias fiéis e autenticadas de atos ou fatos de documentos da própria administração.
- 196** Por meio de protocolo administrativo, a administração pública pode acertar com o particular a realização de atividade ou abstenção de certa conduta.

No que se refere aos bens públicos e ao processo licitatório, julgue os itens que se seguem.

- 197** No que concerne a bens imóveis, a alienação está sempre subordinada ao interesse público justificado e prévia avaliação, requerendo sempre a efetivação do processo licitatório.
- 198** Quando as forças armadas adquirem bens de uso, com finalidade de manter a padronização, mas não se tratando de materiais de uso pessoal e administrativo, é dispensado procedimento licitatório.
- 199** No ato de registro de loteamento, a administração pública adquire parte da gleba de terras parceladas em quadras e lotes, sem necessidade de efetuar qualquer pagamento.
- 200** A perda de bens por particular ou confisco ocorre quando o bem é apreendido em virtude de tráfico de entorpecentes ou drogas afins.
- 201** Terras devolutas são aquelas que não têm dono nem são usadas pelo poder público, mas são indispensáveis à defesa das fronteiras, fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e(ou) da preservação ambiental.

Com referência à responsabilidade civil da administração, julgue os itens abaixo.

- 202** A teoria do risco administrativo não exige comprovação da falta de serviço, mas só o fato do serviço, isto é, requisita-se a prova da responsabilidade sem concurso do lesado.
- 203** A Constituição de 1988 não inovou em relação aos textos constitucionais anteriores ao manter a expressão funcionário público para tratar de responsabilidade do Estado, o que gera dúvidas e incertezas quanto a sua determinação.
- 204** O dano causado a particular pela administração pública pode ser reparado administrativamente desde que as partes componham deliberadamente quanto ao valor a ser indenizado.
- 205** As pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviços públicos respondem por danos causados a terceiros por seus agentes.

Na cena de um crime, peritos criminais encontraram o corpo de um jovem, com tatuagens e exibindo escoriações recentes na face, ferida contusa no supercílio direito e ferida de entrada de projétil de arma de fogo na região frontal direita, com as seguintes características: diâmetro menor que o do projétil, arredondada, com orla de escoriação, halo de enxugo e aréola equimótica.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 206** Pelas características da ferida provocada pelo projétil, é correto afirmar que o tiro disparado foi a curta distância.
- 207** O meio ou instrumento utilizado foi o mesmo para todas as lesões descritas na hipótese em consideração.
- 208** Na situação em apreço, os peritos deverão concluir o laudo em dez dias. Entretanto, caso não seja possível cumprir esse prazo, eles poderão requerer, à autoridade solicitante do exame, a prorrogação do mesmo, de acordo com a lei.

209 Na situação considerada, caso o corpo tenha sido encontrado às 10 h, em estado de completa rigidez cadavérica, será correto concluir que a morte tenha ocorrido aproximadamente às 22 h do dia anterior.

210 Na hipótese considerada, se os legistas quiserem determinar a idade do morto e não dispuserem de dados documentais que permitam fazê-lo, será suficiente que eles solicitem a realização de exame radiológico dos punhos do falecido.

211 Agirá em conformidade com as normas pertinentes o perito que, na situação em apreço, após retirar o projétil durante a realização da necropsia, encaminhá-lo à autoridade policial sem mencionar o calibre do mesmo.

212 Caso não haja dúvidas quanto à causa da morte, o laudo pericial poderá ser assinado por apenas um perito.

Acerca da realização de exame de corpo de delito, julgue os dois itens seguintes.

213 Considere a seguinte situação hipotética.

Na realização de exame de corpo de delito em um homossexual do sexo masculino, vítima de violência sexual, constatou-se, além das lesões corporais, a presença de líquido espermático no canal anal.

Nessa situação, as constatações são suficientes para configurar o crime de estupro.

214 O elemento principal que caracteriza ter havido conjunção carnal em caso de estupro refere-se à integridade himenal.

Com referência aos crimes relativos ao direito da vida, julgue os itens abaixo.

215 A docimasia de Galeno é um dos testes utilizados na investigação do infanticídio.

216 Em mulher grávida, o diagnóstico de anencefalia fetal, segundo a lei vigente, determina a realização de aborto por uma junta médica.

Após um acidente de carro, o motorista responsável foi encaminhado para o IML para exame de verificação de embriaguez. Nessa situação,

217 o legista poderá concluir o seu laudo somente a partir do exame clínico, dispensando o exame de sangue.

218 caso o legista optasse pela verificação da dosagem de álcool no sangue e o resultado desse exame fosse de 2 mL/1.000 mL, estaria caracterizado o estado de embriaguez.

Com respeito às toxicomanias, julgue os itens que se seguem.

219 A heroína é uma droga natural extraída diretamente da papoula.

220 As anfetaminas, devido ao seu gosto amargo, são mais utilizadas por via nasal.

221 A morfina, pelas suas propriedades químicas, leva o viciado às dependências física e psíquica.

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

222 Em uma fábrica, um operário solicitou licença médica, alegando dores nos ombros e na coluna vertebral. Submetido a exame pelo serviço médico da instituição, verificou-se que ele não apresentava qualquer tipo de alteração. Nessa situação, é correto concluir que o operário estava dissimulando.

Considerando os casos de morte por eletricidade, julgue os itens abaixo.

223 O sinal de Lichtenberg caracteriza ação provocada por descarga atmosférica (raio).

224 Chama-se eletroplessão a morte acarretada pela ação da corrente elétrica artificial sobre o corpo humano.

Considerando a morte por asfixia, julgue o item subsequente.

225 Em todos os casos de morte por asfixia, a necropsia tem de ser obrigatoriamente realizada, sendo que as manchas de Tardieu aparecem somente nos afogados.